

SÍNODO DOS BISPOS arranca já em outubro



A primeira fase do Sínodo, que decorre em cada diocese do mundo, arranca já em 9 e 10 de outubro, sendo a sessão solene inaugural presidida pelo próprio Papa em Roma e por cada bispo na respetiva diocese. Foto: Direitos reservados.

o Papa revoluciona
o Sínodo dos Bispos, alargando a
participação a todos os católicos

O Papa decidiu operar uma reviravolta no modo de preparar o próximo Sínodo dos Bispos: subordinado ao tema “**Por uma Igreja Sinodal: comunhão, participação e missão**”, Francisco quer que o processo para chegar lá seja ele próprio sinodal, ouvindo todos os cristãos, nos diferentes níveis de responsabilidade.

O anúncio foi feito esta sexta-feira, 21 [de Maio], em comunicado do Vaticano, confirmando aquilo que o 7MARGENS noticiou estar a ser ponderado: adiar o próximo Sínodo para outubro de 2023, ainda sem datas precisas definidas. Ou seja, escassos dois meses depois de outro grande acontecimento, neste caso tendo por palco Portugal: as Jornadas Mundiais da Juventude.

A surpreendente reviravolta operada pelo Papa é, na verdade, simultaneamente uma antecipação e um adiamento, dado que ele começa já em outubro próximo e chega à fase final um ano depois do previsto. Isto para converter o Sínodo não apenas num evento, mas num processo em que todos os membros da Igreja serão chamados a participar.

Nas três fases em que o processo sinodal se desenvolverá, a primeira, que decorre em cada diocese do mundo, arranca já em 9 e 10 de outubro próximo, sendo a sessão solene inaugural presidida pelo próprio Papa em Roma e por cada bispo na respetiva diocese.

Segundo o Vaticano, neste primeiro nível, serão realizadas reuniões de consulta com os católicos locais e, em seguida, acontecerá um encontro diocesano “pré-sinodal” do qual deve

sair um documento. A conferência episcopal de cada país, tendo em mãos os contributos diocesanos, deverá criar um espaço e um tempo “de discernimento” e elaborará, até abril de 2022, um documento próprio que será submetido ao secretariado do Vaticano para o Sínodo dos Bispos. É desses textos que nascerá, até setembro de 2022, o *instrumentum laboris* (documento de trabalho) do Sínodo. Ou seja, um documento que era habitualmente cozinhado em Roma para guiar a preparação nas igrejas locais passa, doravante, a nascer de um processo que vem da base.

Esta é a primeira vez que um Sínodo começa a partir da base

Comentando este primeiro movimento do processo, escreve o Vatican News: “Esta é a primeira vez, na história desta instituição querida por Paulo VI em resposta ao desejo dos padres conciliares de manter viva a experiência colegial do Concílio Vaticano II, que um Sínodo começa descentralizado”.



A segunda fase do novo processo desenrolar-se-á ao nível de cada continente. Pelo que se percebe do comunicado vaticano, apenas os bispos representantes dos respetivos países se encontrarão para elaborar documentos que farão chegar a Roma. Esses textos serão usados para criar uma segunda versão do *instrumentum*, o qual deverá circular a partir de junho de 2023.

Comentando esta fase, o *National Catholic Reporter* sublinha que “não ficou imediatamente claro como é que as assembleias continentais serão organizadas”, já que “enquanto muitos continentes, como Europa, Ásia e América Central e do Sul, já têm conferências ou federações de prelados católicos, outros, como a América do Norte, não têm”.

A terceira fase será a reunião de bispos e de outros líderes católicos em Roma, a qual terá,

necessariamente, de assumir características diferenciadas do que tem sido a prática habitual, na medida em que o longo processo de participação e de discernimento já terá feito emergir preocupações, desafios e linhas de rumo que não poderão deixar de ter expressão nos trabalhos das sessões sinodais desta terceira etapa.

Este processo deixa um desafio de monta às igrejas locais, seja no interior de cada diocese, seja em cada país e continente. E outubro está já aí, ao dobrar da esquina.

“O que diz respeito a todos deve ser aprovado por todos”



“Devemos ouvir o povo de Deus, e isso significa ir às igrejas locais”, sublinhou o cardeal Mario Grech, secretário do Sínodo dos Bispos do Vaticano, no vídeo divulgado pelo *Vatican News*.

O cardeal Mario Grech, secretário do Sínodo dos Bispos do Vaticano, comentou ao *Vatican News* que este formato em três etapas foi escolhido porque “o tempo estava maduro para uma participação mais ampla do povo de Deus num processo de tomada de decisão que afeta toda a Igreja e todos na Igreja” .

“O Concílio Vaticano II ensina que o povo de Deus participa do ofício profético de Cristo”, disse Grech. “Portanto, devemos ouvir o povo de Deus, e isso significa ir às igrejas locais.” E continuou: “O princípio que governa esta

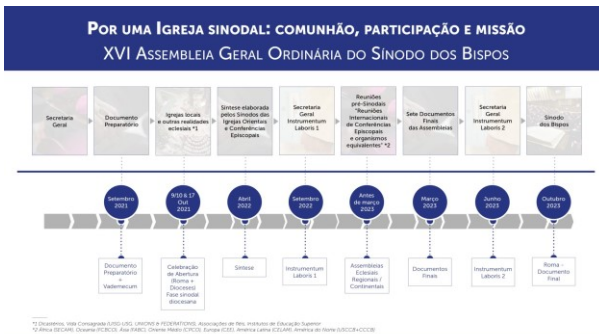
consulta ao povo de Deus é que ‘aquilo que diz respeito a todos deve ser aprovado por todos’”.

“Não se trata de democracia, populismo ou qualquer coisa assim”, disse ele.

“Em vez disso, é a igreja como povo de Deus, um povo que, em virtude do batismo, é um sujeito ativo na vida e na missão da igreja.”

ANTÓNIO PINTO

<https://setemargens.com/o-papa-revoluciona-o-sinodo-antecipando-a-abertura-e-adiando-o-encerramento/>
(22.05.2021)



de uma Igreja clerical a uma Igreja sinodal



Reflexão de NATHALIE BECQUART, religiosa francesa que em 2021 foi nomeada pelo papa Francisco subsecretária do Sínodo dos Bispos, instituição permanente que tem como tarefa ajudar e aconselhar o papa no governo da Igreja católica. Será a primeira mulher a ter direito de voto no Sínodo.

Início de 2020. Em poucos dias, após a China e os países asiáticos, a Itália, a França, a Espanha e toda a Europa, depois os EUA, viram mudar completamente a sua situação. Em toda a parte no mundo, com diferentes intervalos, tivemos de fazer frente a uma enorme crise sanitária que ameaça milhares de vidas humanas, em particular as dos pobres, dos mais idosos, dos mais vulneráveis, sem esquecer os jovens, primeiras vítimas da crise económica e do desemprego. O nosso mundo ficou completamente devastado, revirado por um pequeno vírus de imensas consequências. Entrámos num espaço desconhecido, um tempo de incerteza, e

tivemos de aprender uma nova maneira de viver, permanecendo em casa enquanto o pessoal sanitário e outros heróis invisíveis eram chamados a um esforço laboral acrescentado. Como cristãos, vivemos tudo isto no meio de outros, solidários com todos os seres humanos, experimentando como esta crise nos diz respeito, qualquer que seja a nossa condição, a nossa religião, ainda que esta crise revele e acentue ao mesmo tempo as desigualdades socioeconómicas já existentes. Experimentámos assim como a Igreja está profundamente incarnada no mundo, radicada na história e inserida no concreto dos contextos sociais, políticos e culturais da nossa

sociedade. A Igreja é uma realidade humano-divina, ainda que por vezes o possamos esquecer quando pensamos nela de maneira demasiado abstrata ou idealizada. Ela não pode escapar às condições humanas, está sempre inserida e é modelada por um contexto concreto. Não pode negar a realidade nem situar-se fora do tempo e do espaço. Desta maneira as medidas sanitárias para travar a pandemia conduziram-nos a não poder rezar juntos nas nossas igrejas nem a celebrar juntos os sacramentos.

Através desta crise que se prolonga, e que põe à prova a nossa paciência, temos de fazer frente a uma verdadeira mudança do mundo, que muda também a nossa Igreja. E este facto recorda-nos o quanto a Igreja está profundamente mergulhada no mundo, inserida no tecido nas nossas sociedades. Hoje mais do que nunca, talvez, percebemos como a Igreja e o mundo estão numa relação de reciprocidade, como nós pertencemos a esta comum humanidade e como a Igreja é chamada a adaptar-se, a inculcar-se em contextos sempre novos e mutáveis, tentando discernir aquilo que o Senhor nos chama a viver nestas novas condições.

A PANDEMIA ENTRE CRISE HUMANITÁRIA E CRISE ECLESIAL

As consequências da pandemia na vida eclesial, e as medidas públicas seguidas, resultaram diversamente, mas sem dúvida que a mais visível e aquela que mais atingiu todos foi o da interrupção das celebrações em presença nas paróquias durante os períodos de quarentena. Precisamente como sucede em numerosos territórios rurais na França por causa da falta de padres, ou ainda mais dramaticamente em regiões, como a Amazónia, onde algumas comunidades cristãs podem viver a Eucaristia apenas uma ou duas vezes ao ano, os cristãos

praticantes europeus, em particular os das grandes cidades, habituados a ir facilmente à missa, ficaram privados deste sacramento central, «fonte e cume da vida cristã». Um certo número de cristãos experimentou uma verdadeira ausência eucarística, ao ponto de reclamarem a possibilidade de se comunicarem e/ou a retoma o mais depressa possível das celebrações públicas a qualquer preço. Muitos rezaram de outra maneira, sozinhos ou em família, através de liturgias domésticas ou ainda com a descoberta da liturgia das horas. Numerosas comunidades religiosas descobriram outras maneiras de celebrar, realizando, por exemplo, celebrações da Palavra com muita criatividade, e experimentando também a força de celebrações presididas por um ou outro membro da comunidade. Na ausência de missas celebradas em conjunto na paróquia, assistiu-se, da parte dos pastores e dos fiéis, a uma pluralidade de reações e propostas. Assim como aconteceu com as escolas e as universidades, que levaram de maneira maciça os seus cursos para o “online”, a Igreja deu prova de reatividade e pôs-se a difundir rapidamente as suas propostas na internet: missas no YouTube ou por Zoom, terços no Facebook, orações no Instagram, cadernos em “pdf” para liturgias familiares, meditações da Palavra de Deus sob forma de reuniões por Skype... sem esquecer a possibilidade de ver as missas transmitidas ao domingo pelos maiores canais de televisão. Para seguir a missa os cristãos dispunham, por isso, de uma escolha entre um grande número de alternativas possíveis: alguns permaneceram fiéis à sua paróquia e ao seu pároco, outros aproveitaram para seguir a missa de um padre seu conhecido que podia encontrar-se a quilómetros de distância, ou ainda a do bispo da diocese. Por fim, houve aqueles que, no mundo

inteiro, se ligaram à missa diária do papa Francisco.

O princípio territorial que há muito modela a organização eclesial, da estruturação geográfica com a paróquia, viu-se decisivamente baralhado. O que sem dúvida acentuou a tendência para a queda da prática, segundo uma lógica que se dirige por vezes para uma forma de “ultraliberalismo”, segundo a qual cada um escolhe os seus lugares de prática religiosa e de atividade cristã segundo um modelo consumista, ou seja, a opção pela oferta melhor.

Seja como for, se muitos puderam ser alimentados por estas propostas de celebração na internet, que deram a alguns o sentimento de estar unidos aos outros e experimentar alguma coisa da comunidade cristã, durante a quarentena também percebemos, em geral, que nada pode substituir a missa “em presença”. Esta crise sanitária, que coloca particularmente à prova alguns de nós, revelou-nos a nossa profunda necessidade de encarnação. Somos uma unidade, corpo, alma e espírito. Não podemos não fazer caso da riqueza de todos os nossos sentidos que pedem um encontro com os outros, que passa através de uma presença física que se torna concreta num mesmo arco espaço-temporal. Ainda que nos tenhamos tornado próximos no Zoom, Facebook e Skype, experimentámos num certo tempo o nosso forte desejo de um encontro verdadeiro e direto, a nossa necessidade de comunidade. Talvez tenhamos compreendido melhor a dimensão constitutiva do nosso ser eclesial, que precisa de reunir-se num lugar concreto para celebrar. Não podemos viver durante um longo tempo a nossa fé somente ou unicamente pela internet. «Um cristão só é um cristão em perigo», repete-se muitas vezes aos jovens. É preciso experimentar a presença real e concreta dos outros: ela fala-nos da

presente de Deus entre nós, este Deus que escolheu revelar-se plenamente a nós através da encarnação do seu Filho.

Por este motivo, a liturgia é um ato que implica a presença dos corpos. A Eucaristia, como a descreve o Concílio Vaticano II, é o ato de uma assembleia, uma ação do povo de Deus que, através da comunhão no corpo de Cristo, torna-se ele próprio “corpo de Cristo”, e não o ato solitário de um padre. Compreende-se porque é que as celebrações “online” colocam autênticas perguntas teológicas, ainda que possam ter um sentido no plano pastoral e espiritual, porque não se pode negar que serviram de ajuda a numerosos cristãos, em particular os mais isolados, no rezar e viver a dimensão comunitária inerente à nossa fé. Assistiu-se assim nas redes sociais a diversos debates, assaz virulentos, entre aqueles que apoiavam a missa no YouTube celebrada por um padre sozinho, e aqueles para quem essa prática se torna na realidade um problema.

Portanto, através desta experiência de ausência devida à falta das Eucaristias celebradas na sua forma habitual, pudemos experimentar de modo diferente, e de maneira forte, a presença de Cristo que faz a Igreja. Deus não nos abandona. Torna-se presente a nós de maneiras diversas, a sua graça não se limita aos sacramentos, ela é-nos dada já plenamente através do nosso Batismo, e dá-se a nós dia após dia segundo um princípio importante a aprender de cor: «Deus dá-nos sempre a graça daquilo que Ele nos chama a viver». Devemos assim procurar e discernir as modalidades espirituais de que precisamos para atravessar esta situação de incerteza e de provação, para afirmar e viver a nossa fé dia após dia. Não somos privados de nada na nossa vida cristã, podemos contemplar Deus em todas as coisas, descobri-lo através de cada aspeto da nossa vida

quotidiana, recebê-lo através do livro da Palavra, o livro da Criação, em cada encontro, em particular no serviço ao irmão. Talvez este período de ausência tenha mudado o nosso olhar, nos abriu a descobertas insuspeitadas? Da minha parte, tendo tido a possibilidade de viver o primeiro período de quarentena no Boston College, nos EUA, num ambiente magnífico, mergulhado no verde, fui particularmente conduzida a nutrir-me da contemplação da natureza durante os meus pequenos passeios diários. Ver dia após dia a natureza a retomar a vida na primavera após a estação invernal, observar aparecer os botões e depois ver desabrochar as flores, deixar-me tocar pela beleza dos raios do sol na margem de um lago de água diante da minha janela, tudo isso deu-me a possibilidade de compreender, como nunca me tinha acontecido, a nossa conexão íntima com a Criação. Contemplei muito a presença do Criador na sua criação e assim pude meditar em abundância os ensinamentos da *“Laudato si”*.

Esta experiência da quarentena e as obrigações causadas por esta crise revelam-se, ao mesmo tempo, como uma forma de provação que nos chama a uma paciência resistente; e simultaneamente como um tempo favorável, uma oportunidade para pensar e viver de maneira diversa a nossa fé, realizando um discernimento sobre aquilo que o Senhor nos pede para viver hoje, quer a nível pessoal quer como Igreja.

Em conclusão, podemos constatar que **a diversidade de práticas litúrgicas suscitadas por esta pandemia fez-nos notar algumas tensões em torno à Eucaristia, tensões que nos mostram como quer os leigos quer os padres estão deveras divididos sobre estas temáticas. Tensões reveladoras da complexidade de uma situação em transição, marcada pela coexistência**

de dois modelos eclesiais. O primeiro, que tem as suas raízes no tempo anterior ao Concílio Vaticano II, e que se desenvolveu ao longo dos séculos, propõe uma visão do padre centrada no culto. Neste caso o padre é definido antes de mais pela sua relação com a Eucaristia, vista principalmente como um sacrifício. Podemos seguramente fazer matizes, mas este modelo, para simplificar, desenvolveu-se particularmente na sequência do Concílio de Trento, como reação à Reforma protestante. A Igreja é assim definida como uma sociedade perfeita e hierárquica, e faz-se do padre um homem do sagrado, separado dos leigos. O segundo modelo, **ancorado na eclesiologia do Concílio Vaticano II, que torna a colocar no centro a comum vocação batismal de cada batizado, apresenta a Igreja como um mistério de comunhão. Ele extrai a sua origem da tradição da Igreja dos primeiros séculos e dos escritos dos Padres da Igreja. Esta visão, através do movimento teológico do “regresso às fontes”; considera a Igreja como um povo a caminho, peregrinante nesta Terra, e como uma realidade que deve sempre reformar-se.** Esta visão de Igreja situa o padre no meio do povo de Deus, numa relação intrínseca com a comunidade. O padre, no seguimento do bispo, cuja primeira tarefa é a proclamação da Palavra de Deus, é antes de tudo visto na sua relação com a Palavra e não está separado por uma missão particular ao serviço da comunidade. Todos são chamados à santidade, todos são discípulos missionários e devem construir juntos a comunidade.

As divergências de juízo sobre a ausência eucarística, e a diversidade de opções pastorais durante o período de quarentena em relação às celebrações na ausência de fiéis, mostram-nos que a receção do

Vaticano II está longe de estar terminada; não existe hoje um consenso sobre a maneira de compreender e viver a Eucaristia, nem uma única visão comum da figura do ministério dos padres e também dos leigos. Mas esta situação torna-se também, sem dúvida, reveladora de algumas tensões e contradições inerentes ao “corpus” do Vaticano II e da sua recepção plural. A crise sanitária destacou – como uma lente de aumento – o conflito entre concepções diferentes de Igreja, sinais deste longo período de transição no qual ainda nos encontramos. Transição entre uma Igreja clerical e uma Igreja sinodal, isto é, uma Igreja de sujeitos ativos cujas palavras-chave são comunhão, missão, participação, corresponsabilidade. Tentemos então explorar qual pode ser esta visão e esta execução da prática da sinodalidade, como perspectiva para a nossa Igreja hoje.

RUMO A UM OUTRO ESTILO DE IGREJA

Esta crise de múltiplas dimensões que se está a desdobrar num mundo que já era abundante em mutações coloca-nos dentro de um posterior contexto de incerteza. Enquanto a crise perdura, precisamente quando atravessamos as diferentes fases da pandemia, confrontando-nos com medidas em evolução permanente, compreendemos bem até que ponto já não dispomos de um olhar para os meses que estão à nossa frente, e temos mais uma vez de estar prontos a reajustar os nossos projetos. **Encontramo-nos numa espécie de “fluidez” e não podemos permanecer parados em práticas inamovíveis. Este mundo marcado por um futuro incerto e imprevisível chama-nos, mais que nunca, a ser uma Igreja em movimento, uma Igreja em caminho, à escuta do Espírito, para discernir dia**

após dia como realizar a nossa missão nestas condições sempre contingentes.

Juntamente com outros, sinto tudo isto como um convite a ir ainda mais em frente na realização desta Igreja sinodal a que aspira não só o papa Francisco, mas também numerosos cristãos, discípulos missionários desejosos de ser parte ativa das decisões eclesiais, coisa que pedem com insistência numerosos jovens e mulheres que nem sempre se sentem escutados e reconhecidos nos seus contextos eclesiais.

Mas o que é esta sinodalidade de que se fala cada vez mais hoje como eixo central do pontificado do papa Francisco e da atual reforma da Igreja que se está a levar por diante? Para compreender em que consiste a urgência de desenvolver uma Igreja mais sinodal, ou seja – segundo a etimologia da palavra sínodo, «caminhar em conjunto – uma Igreja onde todos, leigos, pastores, bispo de Roma, caminham juntos, é preciso ter em conta as medidas da execução desta reforma da Igreja. Reforma que se torna ainda mais necessária e urgente no seguimento da crise dos abusos sexuais, da qual descobrimos cada vez mais a amplitude, facto que exige uma verdadeira mudança para fazer da Igreja uma casa segura, erradicando toda a forma de abuso. **A descoberta da dimensão sistémica desta crise e a derrota evidente da instituição eclesial, ao longo dos anos, no denunciar e prevenir não só abusos sobre menores, mas também qualquer espécie de abuso de poder que muitas vezes estão na sua origem, a par do fim de um certo cristianismo sociológico, tudo isto obriga hoje a Igreja a redescobrir e reconhecer humildemente a sua fragilidade e a sua dimensão de pecadora.** Esta dinâmica chama a Igreja a reexaminar as suas estruturas, os processos e as modalidades de exercício do poder, com o propósito de

conseguir encontrar caminhos novos para reencontrar uma maior credibilidade. E graças a isso, a sua capacidade para melhor realizar a sua missão, com ela autenticamente coerente. Neste sentido, **uma visão global da Igreja, vista como uma Igreja sinodal, ao contrário de uma Igreja clerical, pode ajudar-nos a entrever o caminho a tomar para responder a esta vocação missionária de anunciar o Evangelho a todos. É preciso fazermos emergir em conjunto uma nova forma de Igreja, e juntos testemunhar Cristo na cultura e nas condições concretas das nossas sociedades secularizadas e pluralistas.**

Num dos textos mais importantes do seu pontificado – o discurso pronunciado a 17 de outubro de 2015 durante o segundo Sínodo da família, por ocasião dos 50 anos da instituição do Sínodo dos Bispos –, o papa Francisco delineou claramente o caminho da sinodalidade como o caimento de Deus para a Igreja no século XXI: «O mundo em que vivemos, e que somos chamados a amar e servir também nas suas contradições, exige da Igreja o potenciamento de sinergias em todos os âmbitos da sua missão. **O caminho da sinodalidade é precisamente o caminho que Deus espera da Igreja do terceiro milénio». Dimensão constitutiva da Igreja – S. João Crisóstomo afirma que «Igreja e sínodo são sinónimos –, a sinodalidade desenvolveu-se particularmente nos primeiros séculos. Ela redescobre-se hoje como um fruto do Concílio Vaticano II e do facto de se colocar em primeiro plano a imagem da Igreja como «povo de Deus», numa perspetiva que dá protagonismo à dimensão comum da vocação batismal, questão mais fundamental do que qualquer diferenciação de vocação ou de ministério. Com efeito, os padres conciliares, naquela importante**

Constituição dogmática sobre a Igreja que é a “*Lumen gentium*”, realizaram a opção deliberada de colocar o capítulo 2 sobre o povo de Deus a seguir ao capítulo 1 sobre o mistério da Igreja, e antes do capítulo 3 sobre o episcopado. É assim particularmente realçada a igual dignidade de todos os batizados, todos chamados à santidade e ao exercício da missão (cf. o capítulo 5 sobre os leigos). A sinodalidade pode assim ser considerada hoje como uma maneira de ser de agir da Igreja que favorece a participação de todos os batizados e das pessoas de boa vontade no quadro de um processo de discernimento que favorece a corresponsabilidade e a comunhão ao serviço da missão. Isto traduz-se com o gesto do “caminhar juntos” numa Igreja peregrina, uma Igreja em movimento, uma Igreja do povo de Deus, onde cada um possui uma voz, é escutado e toma parte ativa, qualquer que seja a sua idade, o seu sexo ou o seu estado de vida.

Na visão do papa Francisco, a sinodalidade está igualmente ligada à noção de conversão pastoral da Igreja e à valorização da noção de povo de Deus, tema-chave do seu pensamento teológico. Ele inspira-se numa teologia proveniente da América Latina que vê o povo como entidade dinâmica que se constrói através de um complexo conjunto de interações pessoais; o povo torna-se o verdadeiro sujeito da história, através da elaboração de uma cultura que lhe é própria. Para o papa Francisco, como ele próprio afirmou na entrevista a Antonio Spadaro publicada em setembro de 2013 na “*La Civiltà Cattolica*”, «a imagem da Igreja que me agrada é aquela do santo povo fiel de Deus. É a definição que uso muitas vezes, e é depois aquela da “*Lumen gentium*” no número 12. A pertença a um povo tem um forte valor teológico: Deus, na história da salvação, salvou um povo. Não há identidade plena sem pertença a

um povo. Ninguém se salva sozinho, como indivíduo isolado, mas Deus atrai-nos considerando a complexa trama de relações interpessoais que se realizam na comunidade humana. Deus entra nesta dinâmica popular. O povo é sujeito. E a Igreja é o povo de Deus em caminho na história, com alegrias e dores».

O papa Francisco articula os dois elementos-chave da teologia do povo de Deus e da conversão pastoral para exprimir que o único modo para a Igreja se desembaraçar dos males do clericalismo, e portanto reformar-se, é o envolvimento de todos os fiéis. Ele considera que a própria hierarquia não pode reformar-se sozinha: «É impossível pensar numa conversão da nossa atividade como Igreja que não inclua a participação ativa de todos os membros do povo de Deus» (Carta aos católicos chilenos, 31 de maio de 2018). Daqui podemos deduzir um elemento muito importante para o exercício do poder da parte dos pastores. Eles devem escutar e integrar a voz dos fiéis, consultando-os para tomar decisões. No coração desta sinodalidade, o papa Francisco coloca a escuta, uma escuta recíproca através da qual se exerce a escuta do Espírito Santo: «Uma Igreja sinodal é uma Igreja da escuta, na consciência que escutar “é mais que ouvir”. É uma escuta recíproca em que cada um tem alguma coisa a aprender. Povo fiel, colégio episcopal, bispo de Roma: cada um à escuta dos outros; e todos à escuta do Espírito Santo, o “Espírito da verdade” (João 14, 17), para conhecer aquilo que Ele “diz às Igrejas” (Apocalipse 2, 7)» (Comemoração do 50.º aniversário da instituição do Sinodo dos Bispos, 17 de outubro de 2015).

Esta visão dinâmica e inclusiva da Igreja faz-nos, assim, sair de um modelo puramente hierárquico. Convida-nos a ver a Igreja não de maneira estática, como

uma fotografia que se fixa num momento X, mas de maneira dinâmica e diacrónica – como uma realidade incarnada, concreta, e, portanto, evolutiva. A sinodalidade permite-nos entrever uma Igreja em movimento, que se move, através de uma perspetiva que integra a dimensão do tempo e da história. **A sinodalidade é um processo, um caminho aberto que se desdobra no tempo. Esta visão sinodal apresenta a Igreja na sua dimensão histórica, num estado de permanente nascimento, num processo de reforma sempre em concretização. Faz-nos perceber a identidade da Igreja como uma comunhão orgânica, como uma entidade dinâmica, não estática.** Trata-se de uma identidade relacional, na comunhão radicada no mistério trinitário e no eucarístico. Esta identidade de Igreja em relação com o povo de Deus, que caminha no meio dos povos do mundo, manifesta-se através do conceito de sinodalidade como uma Igreja em peregrinação, em emergência, em génese permanente. Isto é, uma Igreja que cuida das pessoas, partindo da base para o alto, numa perspetiva generativa que vê a Igreja constantemente a renascer e a reinventar-se, permanecendo sempre a esma, fiel àquela das origens. E isto através da ação do Espírito que cria a novidade na continuidade. Esta perspetiva, capaz de percecionar e representar a Igreja num mundo em movimento, líquido e em mudança, é fonte de inspiração particular para pensar e viver a Igreja neste tempo de crise e de identidade. Com efeito, a sinodalidade designa uma maneira de ser e de trabalhar na Igreja – jovens e idosos, leigos, consagrados e padres, homens e mulher... - no qual existem a escuta recíproca, a partilha e o discernimento, para chegar a especificar juntos opções pastorais a assumir diante da crise e das necessidades do mundo numa realidade

sempre instável.

Uma Igreja sinodal é uma Igreja relacional onde todo o povo de Deus caminha junto, onde todos, batizados discípulos missionários, qualquer que seja a sua vocação e a sua posição, se reencontram na interdependência e na mutualidade. O padre não existe, portanto, fora da comunidade. Não está separado das pessoas junto das quais exerce o seu ministério. **Quando damos prioridade à vocação batismal, já não podemos separar clero e leigos, como faz o modelo clerical. O pastor é aquele que de alguma forma “representa” a comunidade de que faz parte. Todos juntos são chamados a ser uma comunhão em missão animada pelo Espírito Santo, uma comunidade missionária onde cada um participa no discernimento.** Daqui deriva o facto de as decisões pastorais deverem ser tomadas no âmbito de processos sinodais que exigem escutar e envolver todos os protagonistas na busca de um consenso. O ministro que conduz e acompanha o processo sinodal assume a decisão final a partir de todos este trabalho espiritual de escuta e discernimento. Esta maneira de elaborar em conjunto as decisões pode ser compreendida através da noção importante de “conspirativo”, para usar um termo latino (etimologicamente “respirar juntos”, “ser animados pelo mesmo espírito”), que podemos traduzir com a palavra “conspiração” no sentido de união. Noção que, segundo as palavras do teólogo John Henry Newman, se pode compreender como «uma respiração comum dos fiéis e dos pastores».

A sinodalidade é antes de tudo uma prática, um estilo de Igreja, um modo de ser dos cristãos que se apoia em algumas atitudes a desenvolver: a escuta, a humildade, a confiança, a liberdade, a fé e a oração, o diálogo e o encontro, a participação ativa e a busca da comunhão

para a missão. Ela supõe e produz uma Igreja humana e insculturada, uma Igreja plenamente imersa no mundo e em diálogo com a cultura contemporânea, uma Igreja frágil e humilde que se reconhece simultaneamente santa e pecadora, que vive da misericórdia que ela própria anuncia, uma Igreja corajosa e criativa que assume riscos e não tem medo de experimentar novos caminhos, inclusive acidentados. Em resumo, uma Igreja em saída que não separa a liturgia do serviço, indo sempre para as periferias de maneira a tornar-se este «hospital de campanha» aberto a todos os feridos da vida que esta crise atual torna ainda mais necessário.

Passar de uma Igreja clerical centrada no padre concebido como separado, isto é, superior aos leigos, a uma Igreja sinodal baseada na corresponsabilidade de todos os batizados, exige formar líderes e pastores colaborantes. Isto é, agentes pastorais capazes de trabalhar verdadeiramente em equipa e de escutar profundamente o conjunto dos batizados, mais ainda mais «as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem» (*“Gaudium et spes”*, 1). Não há dúvida de que o próximo Sínodo dos Bispos, anunciado para 2023 com o tema “Por uma Igreja sinodal: comunhão, participação e missão”, poderá impelir-nos para a frente neste caminho de sinodalidade que a pandemia do coronavírus nos pede para intensificar, porque nos dá a possibilidade de escutar neste “kairos” um forte convite à renovação da Igreja e da sociedade.

NATHALIE BECQUART

In *La Repubblica* / Trad.: Rui Jorge Martins /

Imagem: D.R. / Publicado em 25.05.2021

https://snpcultura.org/de_uma_igreja_clerical_a_um_a_igreja_sinodal.html